

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE E EXCLUSÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP¹

Joelma Cristina dos Santos – Universidade Federal de Uberlândia²

joelmaccrri@yahoo.com.br

1- Introdução

A cadeia produtiva do leite no Brasil passou por importantes reformulações ao longo dos anos 1990, decorrentes da abertura da economia nacional, da desregulamentação do setor pelo governo federal e da importação de leite e derivados dos demais países do Mercosul. A partir desta reestruturação, a especialização na produção de leite passou a ser um requisito para os produtores, que em sua maioria não são especializados, pois a maioria dos produtores de leite brasileiros se dedica além da pecuária leiteira, à pecuária de corte. Nesse contexto, a Portaria 56, que regulamenta a produção de leite no Brasil, tem contribuído tanto para uma maior especialização desta atividade no país, como para a exclusão dos produtores que não têm condições de atender às suas exigências, como a aquisição do tanque de expansão, um equipamento que mantém o leite refrigerado, garantindo a sua qualidade.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente, tendo como unidades mais específicas de análise os municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó, no período que se estende de 1980 ao início do século XXI. A escolha destes municípios se justifica pelo fato de que no decorrer dos anos 1990, estes foram os três maiores produtores de leite desta microrregião.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, predomina a pecuária de corte, porém a produção de leite também é importante, complementando a renda de vários produtores rurais. Nesta microrregião, atuam importantes empresas do setor lácteo nacional, como a Líder e a Vigor, além da COOLVAP, cooperativa que se encontra em fase de reestruturação. Estas empresas têm incentivado a aquisição de tanques de expansão pelos produtores, através de financiamentos, uma vez que estes equipamentos se constituem em pré-requisito para que muitos laticínios realizem a coleta do leite, porém na região em estudo predominam pequenos produtores, que mesmo diante destes incentivos, não têm condições de adquirir tal equipamento, e vêem a sua reprodução social comprometida.

¹ O presente texto é resultado da dissertação de mestrado intitulada “O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP”, orientada pelo Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP – Presidente Prudente), e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e professora substituta do Curso de Graduação em Geografia (UFU). Endereço: Laboratório de Geografia Agrária / LAGEA, sala 1 H 02, Campus Santa Mônica. Av. João Naves de Ávila, 2160, CEP 38408-100, Uberlândia (MG). Tel (34)3239-4160 – ramal 47.

A produção de leite, via de regra não é especializada, porém, é praticada por produtores que estão incorporando progressivamente tecnologia ao processo produtivo, haja vista a utilização de tanques de expansão e ordenhadeiras mecânicas pelos produtores da região. Cabe ainda ressaltar que uma parcela considerável dos produtores mantém vínculos com o comércio informal de leite e derivados.

Neste trabalho, pretendemos verificar a importância social e econômica da produção de leite, bem como caracterizar os produtores e identificar como se dá a sua adequação às novas exigências sanitárias, bem como as suas manifestações de resistência a seguirem tais normas e ainda assim continuarem como produtores de leite.

2- Pequenos Produtores de leite e reestruturação do sistema agroindustrial: caracterização e perspectivas na região de Presidente Prudente - SP

O atual contexto do sistema agroindustrial do leite no Brasil é dominado por uma produção não especializada, em que grande parte dos produtores se dedica, além da produção de leite a outras atividades, como a comercialização de animais mestiços e de corte.

O sistema agroindustrial do leite no leite passou por importantes mudanças a partir dos anos 1990, em decorrência da abertura da economia nacional, da desregulamentação do setor pelo governo federal e da consolidação do Mercosul, que provocou a importação de leite e derivados dos países membros.

Os setores de produção e processamento de leite receberam um grande volume de capital estrangeiro, fato que demonstra o poder da indústria de laticínios no Brasil.

Oliveira (1981), afirma que o leite é um produto quase totalmente monopolizado pelo capital industrial. Para este autor, “[...] o setor leiteiro está submetido totalmente ao capital multinacional, sobrando para o capital nacional a fatia de distribuição de leite *in natura* que, sabidamente, é de mais baixa rentabilidade no setor”.(OLIVEIRA, 1981, p.35).

Verifica-se, que não são apenas as empresas responsáveis pela produção e processamento do leite e derivados que são dominadas pelo capital estrangeiro, mas também empresas do setor de ordenhadeira, equipamentos agrícolas, vacinas, rações, inseminação artificial, dentre outros setores. Este fato reflete o grau de subordinação da cadeia produtiva do leite brasileiro ao capital internacional.

A subordinação dos produtores aos laticínios não se dá apenas quando estes são filiais de empresas estrangeiras, mas também ocorre nas relações com os médios e grandes laticínios nacionais. Neste contexto, cabe destacar que aos produtores compete, além de arcar com despesas que variam desde a aquisição de matrizes, equipamentos e insumos, o pagamento da taxa de frete cobrada pelos laticínios, acarretando em descontos mensais no pagamento dos produtores, refletindo o processo de subordinação que as empresas criam nas áreas de captação de leite.

Assim, verifica-se que no processo de trabalho do pequeno produtor de leite ocorre a subordinação formal do trabalho ao capital, à medida que o produtor sendo proprietário dos meios de produção, tais como terra, animais e equipamentos, tem seu produto subjugado no momento de sua transformação em mercadoria.

Uma estratégia que vem sendo adotada pelos laticínios nos últimos anos diante das reformulações que vem ocorrendo no setor lácteo, acompanhada das exigências de modernização dos produtores refere-se aos preços diferenciados pagos ao produtor, pela posse ou não o tanque de expansão, o que também se constitui em uma forma de subjugar o produto.

A subordinação da pecuária leiteira ao capital industrial não é recente, mas se aprofundou ainda mais após as transformações ocorridas nos anos 1990, com destaque para a abertura da economia nacional, pois esta alterou profundamente a cadeia produtiva do leite no Brasil, provocando mudanças organizacionais e tecnológicas, além de alterações no consumo de leite e derivados.

A modernização do sistema agroindustrial do leite não teve uma repercussão positiva para todos os envolvidos nesta cadeia produtiva, pois se verifica o domínio absoluto das grandes empresas, principalmente das multinacionais, em detrimento dos pequenos laticínios. Os produtores que não atendem às novas exigências das empresas também são descartados. Este fato é preocupante, uma vez que o leite se constitui num importante complemento à renda dos pequenos produtores rurais.

Cabe ressaltar que o leite emprega mais que a cana-de-açúcar, o algodão e a soja. São quase 3,2 milhões de pessoas. Embora empregue tantas pessoas, muitos pequenos produtores têm abandonado a atividade, enquanto ocorre um aumento da quantidade de leite captada, conforme aponta Cerri (2002).

Na média, 30% a 40% dos produtores já foram descartados. Milhares de linhas de leite abandonadas no interior do país. Centenas de postos de coleta fechados. O volume recolhido pela indústria, porém, que cooptou os maiores e os mais aptos aumentou. (CERRI, 2002, p. 39).

Há uma forte heterogeneidade na indústria de laticínios no Brasil, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto comercial, pois os grandes laticínios dividem espaço com as queijarias e pequenos laticínios, e o primeiro elo da cadeia produtiva do leite, ou seja, a produção se divide entre grandes produtores tecnificados e pequenos produtores não especializados que produzem matéria-prima diferenciada pelos laticínios, no tocante ao preço e à qualidade.

O sistema agroindustrial do leite no Brasil mudou muito nos últimos anos, apresentando vários reflexos no ambiente competitivo, como “concentração e internacionalização da indústria, novas embalagens, maior poder dos supermercados, coleta a granel, reestruturação geográfica, pagamento diferenciado, etc.” (JANK & GALAN, 2000, p. 10).

A respeito da incorporação de novas tecnologias pelos produtores de leite, é importante atentar para o fato de que os preços recebidos, muitas vezes mal cobrem os custos de produção. Assim, torna-se difícil

para estes produtores adotarem novas técnicas de produção e manejo do rebanho, justamente num momento em que o mercado exige e valoriza um produto de melhor qualidade.

A remuneração do produtor de leite brasileiro é uma das menores do mundo, conforme destaca Vilela (2002), sendo equivalente ao custo da embalagem do leite longa-vida. Ainda assim, o setor lácteo evoluiu, seja no que diz respeito ao rigor sanitário ou à garantia de abastecimento. Todavia, esses avanços não foram suficientes para satisfazer todos os elos desta cadeia produtiva.

Ao lado das exigências dos laticínios, ocorre o aumento do número de produtores que vendem leite e derivados diretamente ao consumidor. A produção e comercialização de derivados lácteos, principalmente de queijo não é recente, e sempre se constituiu numa alternativa utilizada pelos produtores que não desejam entregar toda a sua produção aos laticínios, obtendo baixa remuneração.

Atualmente, diversos produtores estão investindo em equipamentos e instalações que possibilitem a pasteurização na propriedade. Dessa forma, se configura a possibilidade de se desvincularem das cooperativas e laticínios, vendendo a produção diretamente ao comércio varejista.

Neste contexto, Savitci et al (1988) enfatiza que a pasteurização na propriedade “vem se consolidando como meio de agregação de valor ao produto, aumentando a parcela da margem de comercialização detida pelo produtor”. (SAVITCI et al, 1998, p.7).

É neste contexto que as associações de pequenos produtores adquirem importância, tanto no que diz respeito à pasteurização na propriedade e a venda direta ao varejo, demonstrando a viabilidade da pequena produção, como simplesmente através da aquisição do tanque de expansão, que torna possível que vários produtores continuem a entregar o leite aos laticínios, o que muitas vezes seria inviável se estes agissem individualmente, além do que as associações de produtores de leite expressam uma forma de fortalecimento da organização rural.

Atualmente, verifica-se que os laticínios valorizam aspectos da qualidade do leite, ainda que a preços mais elevados, além da especialização e profissionalização do produtor. Entretanto, no que diz respeito ao produtor, cabe ressaltar que a qualidade do leite, bem como a elevada produtividade resulta de uma alimentação que, além das pastagens seja complementada com uma suplementação mineral, rações concentradas, dentre outros componentes cujo acesso é dificultado aos pequenos produtores, o que implica em queda da produtividade e qualidade do leite. Pode-se dizer que houve uma deterioração dos termos de troca, pois os preços dos insumos apresentaram queda, o que possibilitou aumento de produção e produtividade, porém os preços do leite pagos ao produtor apresentaram queda superior ao preço dos insumos, o que explica a dificuldade dos produtores em adquirir tais suplementos a partir dos preços recebidos pelos laticínios.

A pecuária exerce um papel importante na economia da região de Presidente Prudente, com a predominância do gado de corte e misto. As raças mistas são destinadas tanto à produção de carne, como de leite, sendo que as raças utilizadas na produção de leite assumem uma posição secundária na

região, merecendo destaque o gado holandês, encontrado em boa parte das propriedades produtoras de leite.

As principais empresas que atuam na região de Presidente Prudente são a Líder e a Vigor, que embora não tenham mais suas unidades processadoras instaladas na região, continuam exercendo forte influência na dinâmica do setor leiteiro regional e até nacional. Além destas empresas atua ainda na região a Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP), a qual vem passando por um processo de reestruturação. Esta cooperativa perdeu um número significativo de cooperados a partir do início do ano de 2003, mas ainda assim se destaca na comercialização de leite da região.

Além destes laticínios citados, a região conta ainda com a atuação de vários pequenos laticínios, como o Laticínio Irmãos Carlucci de Álvares Machado, COOPLAC de Tupã, Laticínio Florescer de Iepê, além de outros que não nos deteremos em mencionar, uma vez que os principais em termos de atuação em nossa área de pesquisa são: Líder, COOLVAP e Vigor. É importante mencionar que em muitos casos, produtores que antes entregavam leite àqueles laticínios, optaram por entregar a laticínios menores, pois estes são mais flexíveis quanto às exigências de produção.

A partir do ano 2000 se observa que um número significativo de produtores de leite tem abandonado a atividade, principalmente pequenos produtores. Esse fato se deve a pressões da iminência de se colocar em prática a Portaria Ministerial nº 56, a qual regulamenta a produção de leite no Brasil.

A referida portaria deve entrar em vigor no ano de 2005, sendo que a mesma foi adiada várias vezes, devido às dificuldades dos produtores em se adequar às suas exigências. Todavia, ainda que oficialmente a mesma não esteja em vigência, vários laticínios já a adotaram, principalmente no que diz respeito à coleta de leite refrigerado, dispensando a coleta de leite dos produtores que não possuem o tanque de expansão.

Deve-se ressaltar que muitos dos produtores que têm a sua produção de leite rejeitada pelos laticínios encontram como alternativa para permanecerem na atividade o comércio informal do leite, além de desenvolverem outras atividades paralelas à produção de leite.

Entre os produtores entrevistados, verificamos que são várias as atividades desenvolvidas por aqueles que não se dedicam apenas à produção de leite, o que pode ser verificado na tabela 01.

Tabela 01: Atividades concomitantes à produção de leite

Outras atividades dos produtores de leite		
	Nº	%
Lavouras	15	45,46
Magistério	3	9,09
Comércio	6	18,18
Funcionalismo público	1	3,03
Criação de gado de	5	15,15

corte		
Atividades autônomas	3	9,09
Total	33	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre os produtores que associam a produção de leite a outras atividades, verificamos que a principal atividade desenvolvida pelos produtores refere-se à criação de gado de corte, seguida pelo cultivo das lavouras. As demais atividades referem-se ao comércio, ao magistério, a atividades autônomas e ao funcionalismo público.

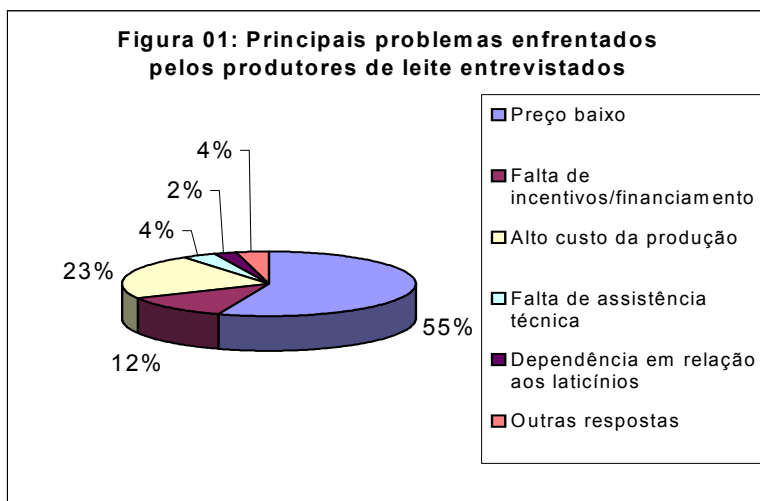
Verificamos a prioridade que é destinada ao gado de corte, seguido pelas lavouras, bem como a outras atividades não ligadas à agropecuária por produtores rurais, que muitas vezes tiram o leite apenas para consumo próprio e/ou tem um pequeno excedente que é comercializado.

Num momento de redefinições das normas que norteiam a produção de leite no país, podemos verificar que a modernização das relações de produção na agricultura não é acompanhada pelo desenvolvimento das relações sociais. Esse desenvolvimento das forças sociais, que é pouco verificado dentre os produtores de leite e na sociedade em geral, poderia contribuir na resistência contra as mudanças estruturais que vêm sendo impostas para a cadeia produtiva do leite no Brasil.

Sabemos que a modernização técnica – uma necessidade do capitalismo – é concreta e cada vez mais se coloca como uma exigência para a inserção dos produtores no sistema agroindustrial do leite no país. Porém, há uma estrutura montada e acessível apenas para os produtores mais capitalizados, e não há oportunidades, principalmente para os pequenos produtores de terem acesso às condições que possibilitariam sua continuidade na atividade.

Assim, se tomarmos como exemplo a assistência técnica, constatamos que em municípios com produtores que têm acesso a esta assistência, o manejo do rebanho se dá de forma diferenciada. A assistência técnica, que em primeiro lugar deveria ser prestada por um segmento público - e nos municípios estudados, em sua maioria é prestada por segmento particular - é ineficiente para alcançar uma especialização na produção de leite, o que se coloca como fundamental para a continuidade do produtor na atividade.

Além da falta de assistência, os produtores enfrentam vários outros problemas. Dentre os entrevistados na Microrregião de Presidente Prudente, foram detectados alguns problemas enfrentados pelos produtores, e os principais estão representados na figura 01.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

A dependência em relação aos laticínios é igualmente um problema sério na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. No caso de Martinópolis, só há um laticínio no município (o laticínio Nova Esperança do Paraná LTDA), ficando os produtores à mercê do mesmo, assim como no município de Regente Feijó, que durante muitos anos contou com a instalação da Vigor. Cria-se uma dependência, pois a pecuária leiteira é uma atividade que muitas vezes passa de pai para filho e o produtor pensa em muitos casos que deve seguir a tradição do pai de entregar o leite ao laticínio que a família entrega há anos. Como não há concorrência, estes laticínios acabam fixando preços muito baixos a serem pagos ao produtor por litro de leite entregue.

Neste contexto, Martins, 1981), afirma que:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1981, p. 45).

Diante deste quadro, os produtores apresentaram algumas medidas que possam lhes possibilitar a continuidade na atividade.

Tabela 02: Conjunto de medidas apontadas pelos produtores visando sua permanência na atividade

Medidas apontadas pelos produtores visando a permanência na atividade		
	Nº	%

Facilidade de financiamento/subsídio	15	23,81
Melhoria de preços ao produtor	21	33,33
Assistência técnica	8	12,7
Tanque comunitário implantado por prefeituras	2	3,17
Projetos de melhoramento genético/inseminação artificial	4	6,35
Outras respostas	13	20,63
Total	63	99,99

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Assim, um produtor relatou que: “Deve haver incentivos à associação de produtores, implementos a preços mais baixos, programa de inseminação, visitas constantes de técnicos e linhas de crédito mais acessíveis”. (MARCOS XAVIER ALMEIDA PASSOS, 35 anos).

A respeito das aquisições de equipamentos, como ordenhadeiras mecânicas e tanques de expansão, Stevanato (2002) ressalta que:

[...] a granelização força de certa forma à homogeneização da linha de coleta, assim como obriga a ter melhores condições de higiene após a retirada do leite do tanque, pois se o tanque não for lavado corretamente, o leite da coleta seguinte pode ser contaminado. (STEVANATO, 2002, p. 80).

É igualmente importante ressaltar que as pressões imediatistas que exigem dos produtores que estes tenham o tanque de expansão não foram plenamente atendidas e devido à dificuldade dos produtores em atenderem tal exigência, a vigência da Portaria que regulamenta esta imposição já foi adiada algumas vezes. Neste contexto, julgamos que ao invés de se cobrar uma modernização a qualquer custo, deveriam ser criadas condições para que grande parte dos produtores, que hoje se vê excluída, continuasse a ser integrante importante da cadeia produtiva do leite.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema agroindustrial do leite passou por importantes mudanças a partir dos anos 1990. Estas mudanças ocorrem concomitantemente ao processo de modernização da pecuária leiteira, que se regulamenta através da Portaria 56, a qual por sua vez estabelece o Programa nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que visa a determinar novos padrões para a produção de leite no Brasil.

A Portaria 56 fixa condições para a coleta de leite cru – incluindo modelos a serem seguidos de instalações para ordenha, higiene dos latões, mão-de-obra treinada – e seu transporte que deve ser realizado a granel, visando a obter redução geral dos custos de obtenção para os laticínios e a conservação da qualidade do leite.

A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente não se constitui em uma bacia leiteira tradicional – como o Vale do Paraíba em São Paulo, a região Oeste do Estado do Paraná e o Triângulo Mineiro, embora nesta última região, a produção de leite venha cedendo espaço para a plantação de soja. Ainda assim, a produção de leite é uma atividade que complementa a renda da maioria dos produtores rurais da microrregião em estudo, embora a predominância seja da pecuária de corte e mista sobre a leiteira, elementos que contribuem para a não-especialização da produção.

A respeito da coleta a granel, cabe destacar que os laticínios que atuam na região têm incentivado a aquisição dos tanques de expansão em até 36 vezes. Esta medida adotada pelas empresas tem facilitado a aquisição deste equipamento por uma parcela significativa de produtores, todavia, este financiamento não é viável a pequenos produtores, com uma produção diária de aproximadamente 50 litros, e que tem na comercialização do leite sua única fonte de renda.

Acreditamos que as exigências da Portaria 56 sejam prejudiciais aos pequenos produtores, pois estes não têm condições de adquirir o tanque de expansão, equipamento destinado ao resfriamento do leite, e exigência de muitos laticínios que implantaram a coleta a granel. As razões para que os pequenos produtores não adquiram o tanque de expansão perpassam pela falta de condições financeiras, receio de que não consigam pagar as parcelas devido à instabilidade do preço do leite e a idéia de que não compensa se modernizar e ser mal remunerado.

As associações se constituem em importantes alternativas para os produtores de leite, pois possibilitam a reprodução social de um grande número de produtores, que sem condições de adquirir o tanque individualmente, se vêem pressionados a abandonar a atividade.

Uma outra alternativa encontrada pelos produtores, visando não apenas a permanência na atividade, mas também um preço melhor na venda do leite, é o comércio informal do leite, que não é recente, mas vem crescendo ano a ano, e atualmente mais de 30% do leite produzido no Brasil é comercializado informalmente. Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, o comércio informal do leite é uma atividade praticada há muitos anos, sendo que nas cidades desta região, uma parcela significativa provém da área rural, o que contribui para o comércio do leite *in natura*. Nos últimos anos este quadro vem se alterando, devido à facilidade de adquirir leite pasteurizado a preços próximos ao do leite comercializado informalmente, além do controle da vigilância sanitária, embora este ainda seja incipiente nesta microrregião.

Diante deste quadro, acreditamos que os objetivos destas medidas de iniciativa governamental, como a Portaria 56, além dos projetos de financiamento de tanques de expansão por parte dos laticínios, seja incluir os produtores especializados. Quanto àqueles que não têm condições lhes resta o abandono da atividade, ou o mercado informal e as associações como formas de inclusão.

De um modo geral, verificamos que o sistema agroindustrial na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente não é dinâmico como em outras regiões do país, principalmente pelo fato de que a maioria dos produtores não é especializada, conseqüência da falta de incentivos, do baixo preço do leite e de que o perfil dos produtores desta região é composto por pequenos produtores, em sua maioria sem recursos para se modernizar.

A produção de leite, e as pastagens vêm cedendo espaço para as lavouras de cana-de-açúcar e mais recentemente para a soja, no entanto esta ainda é uma atividade importante devido ao fato de complementar a renda dos pequenos produtores da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Assim, a produção de leite, principalmente a proveniente de pequenos produtores necessita de apoio do poder público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, e os produtores devem se organizar em associações e até mesmo comercializar o leite no mercado informal como forma de resistência e de luta por sua reprodução social.

REFERÊNCIAS

CERRI, Cláudio. Eficiência sem preço. **Revista Globo Rural**. Ano 17, n. 196, p.35-45, fev. 2002.

FREDERICQ, Antoinette. A babá dos brasileiros: uma multinacional do setor leiteiro. In: ODACIR, Luis Coradini. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981, p. 93-183.

JANK, Marcos .S; GALAN, Valter .B. Competitividade do sistema agroindustrial do leite. In: FARINA, E.M.M.Q. & ZYLBERSTAJN, Décio. **Competitividade no Agribusiness Brasileiro**. 1998. Disponível em: <<http://www.Fea.usp.br/Fia/pensa/pensa12.html>>. Acesso em 15 jan. 2000.

MAMIGONIAN, Armen; FREITAS, C. Vânia de. Introdução ao estudo da economia leiteira paulista. In: **Boletim do Departamento de Geografia**. n.7. FFCL. Presidente Prudente, 1976, p. 17-51.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. (Coleção Prismas/PROPP)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 58. São Paulo, setembro, 1981.

SANTOS, Joelma Cristina; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização e exclusão do sistema agroindustrial do leite no Brasil: o caso do município de Martinópolis - SP. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2002, João Pessoa – PB.

SANTOS, Telma. **Territorialidade da indústria de alimentos Parmalat em Feira de Santana – Bahia.** 1999. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

SAVITCI, Laura Aparecida et al. Usinas de beneficiamento de leite: otimização de empreendimentos de pequeno porte. **Informações Econômicas.** São Paulo, v. 28, n. 12, dez. 1998.

STEVANATO, Adriana Salas. **A produção de leite na região de Presidente Prudente - SP:** o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2002.

SILVA, Jerri Augusto; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. In: **Geografia.** Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul/dez.2001.

Vilela, Duarte. **Leite: bom para a saúde e melhor ainda para a economia brasileira.** Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em: 15 maio